

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 50

ANÁLISE DO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA MULHER CERENSE NO PERÍODO DE 1996 E 2006

Victor Hugo de Oliveira¹
Eveline Barbosa S. Carvalho²

Fortaleza-CE
Agosto/2008

¹ Mestre em Economia – CAEN/UFC. Analista de Políticas Públicas do IPECE. Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC).

² Ph.D. Economia Aplicada. Professora da UFC. Diretora de Estudos Sociais do IPECE.

Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Silvana Maria Parente Neiva Santos – Secretária

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda – Diretor-Geral

Marcelo Ponte Barbosa – Diretor de Estudos Econômicos

Eveline Barbosa Silva Carvalho – Diretora de Estudos Sociais

A Série Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) tem como objetivo a divulgação de trabalhos elaborados pelos servidores do órgão, que possam contribuir para a discussão de diversos temas de interesse do Estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAN – 2º andar

60830-120 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	4
1	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	5
2	PERFIL EDUCACIONAL	9
3	COMPOSIÇÃO FAMILIAR E FECUNDIDADE	14
4	OCUPAÇÃO E RENDIMENTO	19
5	INCIDÊNCIA DA POBREZA	25
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30

ANEXOS

INTRODUÇÃO

A preocupação com a situação da mulher não é uma questão vinculada somente a gênero. É de fato uma questão que diz respeito ao alcance do desenvolvimento. Ciente disso, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Governo do Estado do Ceará oferece a presente contribuição que tem o objetivo de mostrar a evolução do perfil sócio-econômico na mulher no Ceará de 1996 a 2006.

A análise aqui apresentada, abrange aspectos demográficos, educacionais, relativos a composição familiar e fecundidade, ocupação e rendimento e incidência da pobreza, sempre comparando homens e mulheres além de considerar aspectos de raça e cor.

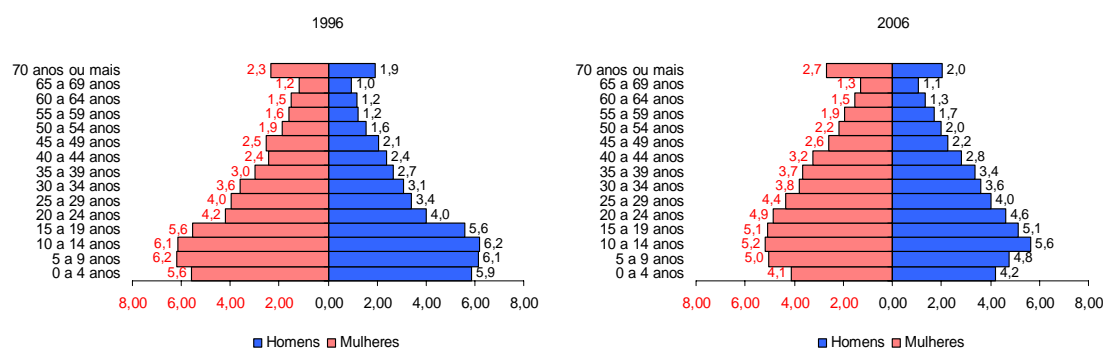
O presente estudo elucidar, pois, questões importantes relacionadas à participação da mulher em diferentes dimensões, as tendências e potencialidades. Esse estudo é na realidade a base para a concepção de uma forma de acompanhamento mais próximo da situação da mulher cearense que está sendo proposto pela Secretaria de Planejamento do Estado.

No Ceará existem mais de quatro milhões de mulheres e sabe-se que a mulher tem assumido importante papel na mudança da sociedade ao longo dos anos estando cada vez mais presente na construção de uma sociedade com um maior nível de bem-estar. Contudo, muito mais pode ser conquistado em termos de oportunidade, segurança, respeito e reconhecimento.

1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Os aspectos demográficos dizem respeito à distribuição populacional em determinada região, levando-se em consideração o gênero, a faixa etária, a cor ou raça e a localização dos vários grupos populacionais. O Gráfico 1.1, abaixo, mostra uma acentuada mudança na base da distribuição etária da população cearense. Os jovens (faixas etárias abaixo de 19 anos) têm apresentado decréscimo em termos de participação na população total. Enquanto a população adulta e idosa apresentou crescimento na participação na população total para as suas respectivas faixas etárias.

Gráfico 1.1: Pirâmide Etária da População Cearense – 1996 e 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

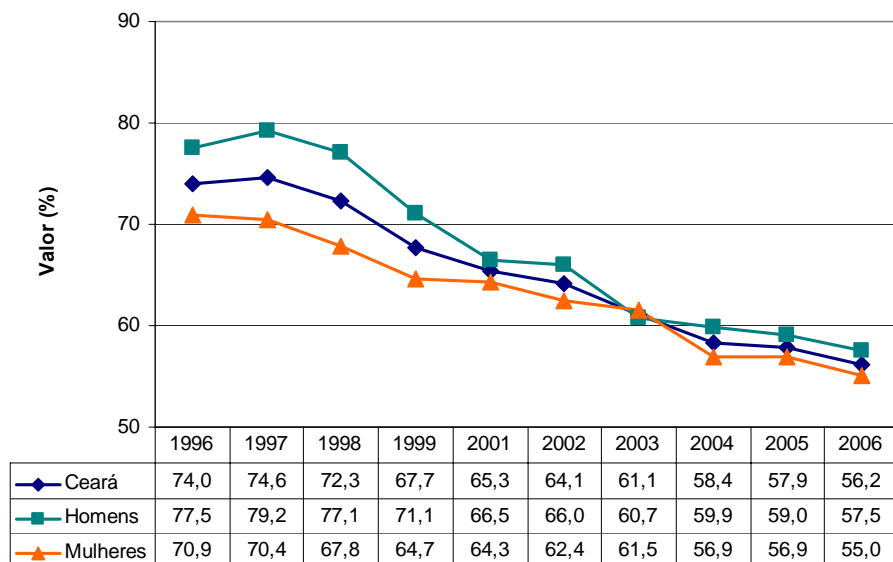
A população masculina possui uma participação maior que a feminina apenas para as faixas etárias correspondentes a população jovem. Por outro lado, a população feminina possui maior representatividade para as faixas etárias da população adulta e idosa. Esse padrão de gênero da distribuição populacional tem se mantido ao longo do tempo.

A mudança na distribuição populacional entre jovens, adultos e idosos fica ainda mais evidente quando se observa a razão de dependência. Esse indicador é construído a partir da razão entre a soma das populações de jovens e idosos sobre a população adulta. No período de 1996 a 2006, a razão de dependência tem se reduzido drasticamente, tanto para indivíduos do gênero masculino, quanto feminino. A razão de dependência da população masculina tem se aproximado bastante da população feminina.

Claramente, tem suporte no aumento da população adulta e redução da população jovem. Embora a população idosa tenha crescido entre 1996 e 2006, tal crescimento não foi suficiente para compensar a redução drástica da participação da

população jovem no total. Como resultado geral, a população cearense está se tornando cada vez mais velha.

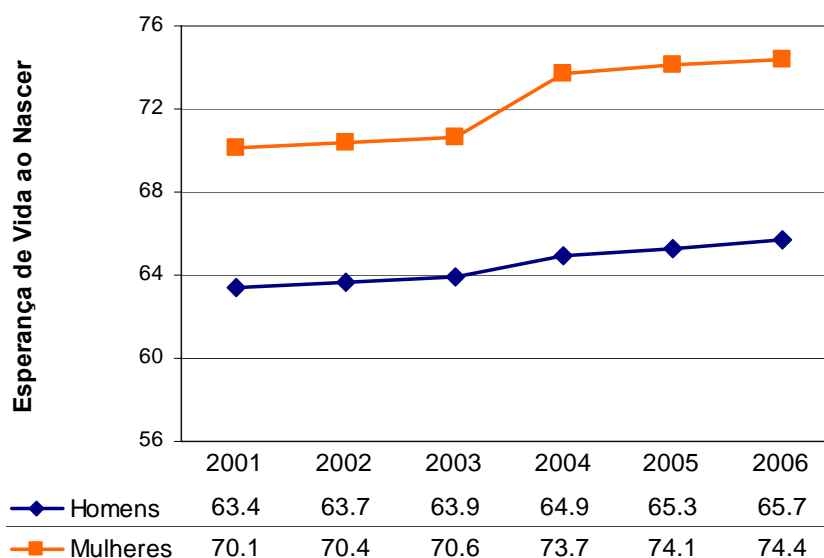
Gráfico 1.2: Razão de Dependência por Gênero no Estado do Ceará – 1996 a 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

O Gráfico 1.3, abaixo, apresenta a esperança de vida calculada pelo IBGE, para homens e mulheres. A relevância deste indicador se deve ao fato dele refletir a longevidade da população, um dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano.

Gráfico 1.3: Esperança de Vida ao Nascer para Homens e Mulheres no Ceará – 2001 a 2006



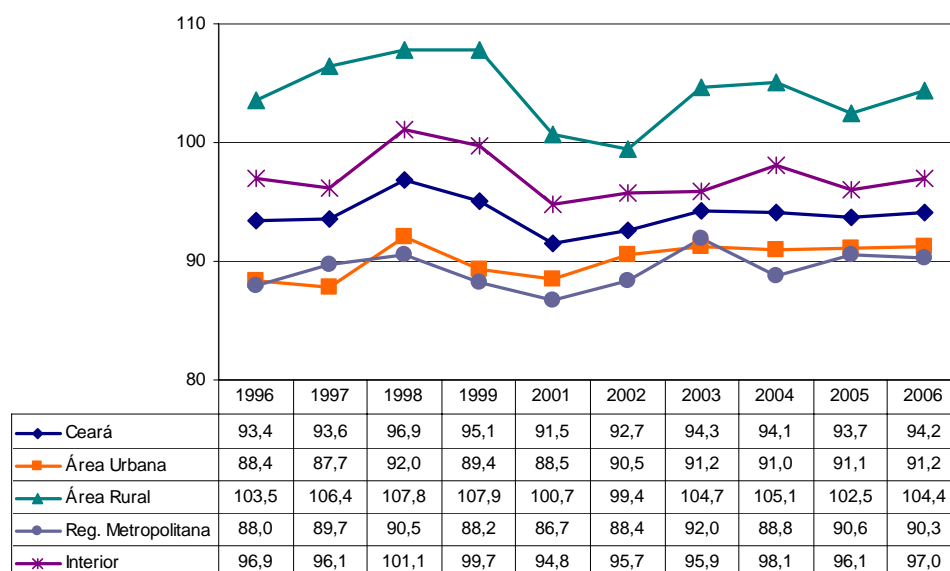
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais do IBGE

No Ceará, as mulheres apresentam uma esperança de vida próxima aos 75 anos, enquanto os homens vivem quase 10 anos a menos do que as mulheres. O aumento da

expectativa de vida combinada com a redução na taxa de fecundidade³ contribuiu para o aumento relativo da população idosa no Ceará, como mostrado no Gráfico 1.1.

Outro aspecto interessante da distribuição populacional no Ceará é quanto ao recorte regional, como mostra o Gráfico 1.4 abaixo.

Gráfico 1.4: Razão entre Número de Homens e Mulheres para a Área Urbana e Rural, e Região Metropolitana e Interior do Ceará – 1996 a 2006



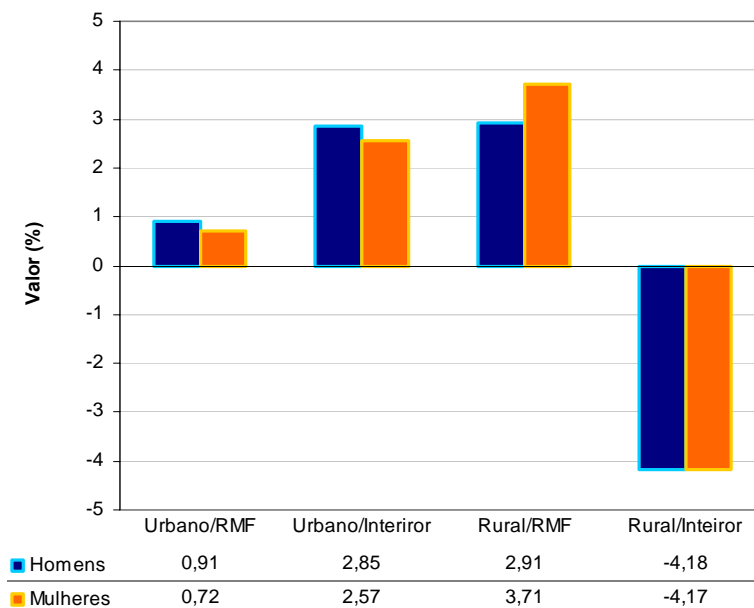
Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

No Gráfico 1.4, é possível observar que o número de mulheres é relativamente maior do que o número de homens, com exceção das áreas rurais do interior do Estado. Além disso, observa-se que nesse mesmo período (1996 a 2006) a população cearense diminuiu em áreas rurais do interior, tanto a população masculina (-4,2%) quanto feminina (-4,2%), como mostra o Gráfico 1.5.

Por outro lado, a população aumentou significativamente em áreas rurais da RMF, onde se verifica um crescimento de 2,9% para a população masculina, e 3,7% para a população feminina. Também, se verificou um crescimento da população em áreas urbanas do interior, onde a população masculina aumentou 2,8% e a feminina 2,6%. Ao contrário do senso comum, a população urbana da RMF foi a que menos cresceu nesses últimos dez anos. Em geral, o que é possível observar é que a queda da população em áreas rurais do interior contribuiu para o crescimento da população em áreas rurais da RMF e urbanas do interior do Estado.

³ Ver Síntese de Indicadores Sociais do IBGE.

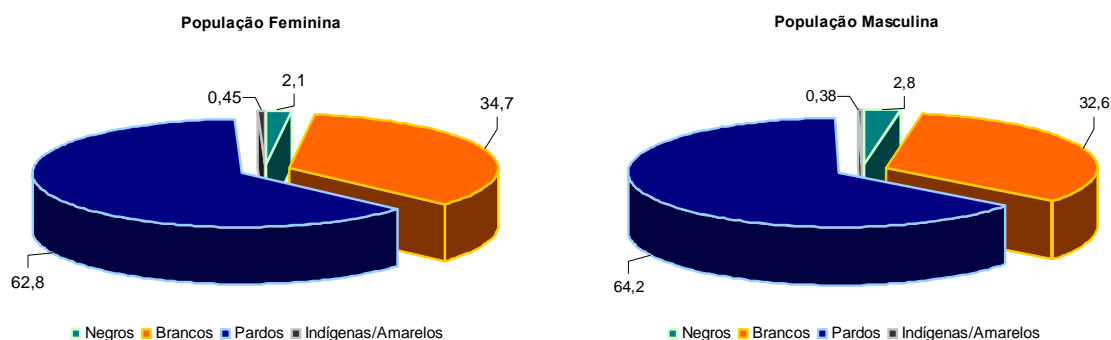
Gráfico 1.5: Taxa Geométrica de Crescimento da População Masculina e Feminina entre 1996 e 2006, segundo as Áreas Urbanas, Rurais, Interior e Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Outra característica populacional bastante relevante é quanto ao grupo étnico, o qual o indivíduo pertence. No estado do Ceará, se observou que o número de pardos é expressivamente maior em relação aos demais grupos de Cor/Raça, onde entre os homens esse grupo representa 64% e entre as mulheres são 63%.

Gráfico 1.6: Distribuição Populacional para os Grupos de Homens e Mulheres, segundo os Grupos Étnicos no Ceará – 2006



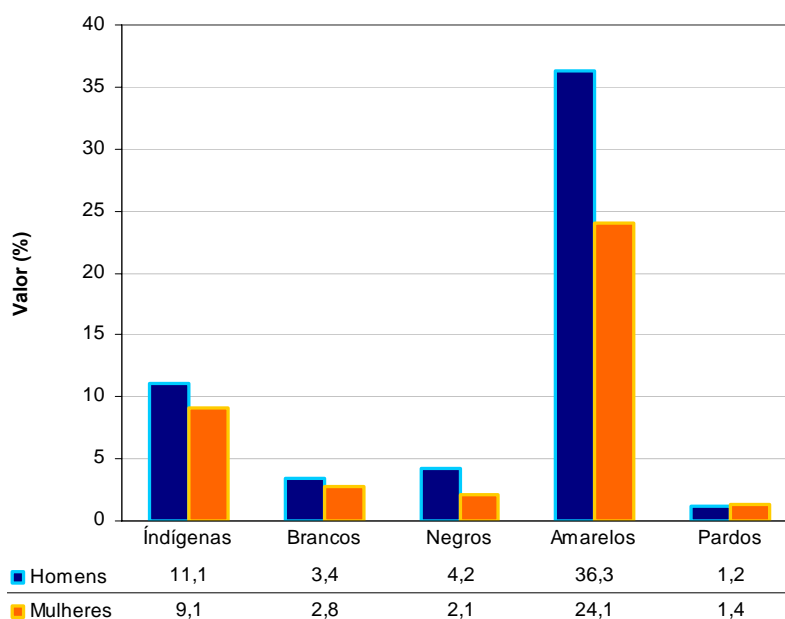
Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Por sua vez, os brancos se apresentam como o segundo grupo étnico com maior participação, 32,6% para os homens e 34,7% para as mulheres. Já os homens negros apresentam-se com apenas 2,6%, e as mulheres negras com 2,1%. A minoria

populacional é representada pelos amarelos e indígenas, que possuem uma participação inferior a 1% para ambos os gêneros.

O Gráfico 1.7, abaixo, apresenta o crescimento populacional dos grupos de cor/raça entre indivíduos do gênero masculino e feminino.

Gráfico 1.7: Taxa Geométrica de Crescimento da População Masculina e Feminina entre 1996 e 2006, segundo os Grupos Étnicos no Estado do Ceará



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

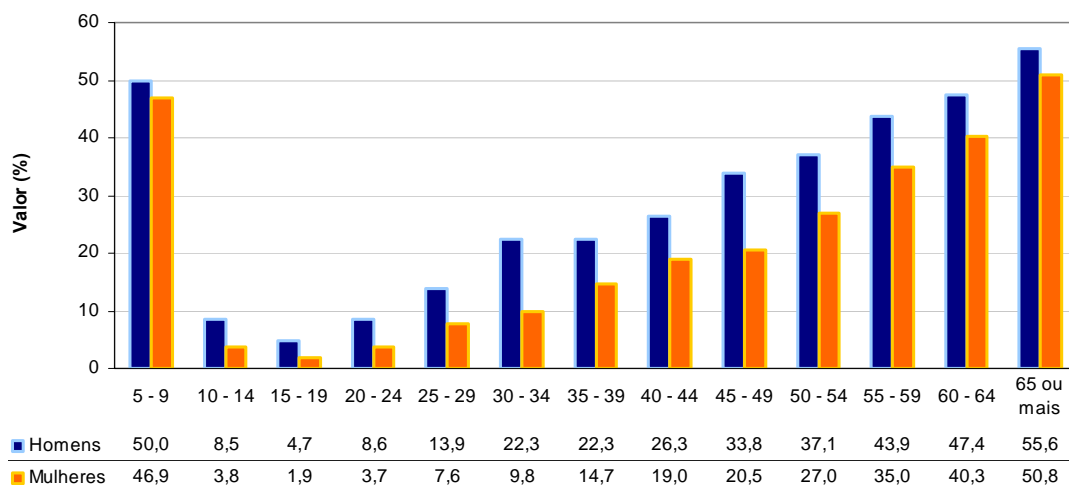
No período de 1996 a 2006, o grupo étnico que tem apresentado a maior taxa crescimento populacional são os amarelos (asiáticos), chegando a atingir 36,3% entre os homens e 24,1% entre as mulheres. Em seguida, os indígenas apresentam a segunda taxa de crescimento, respectivamente 11,1% para homens e 9,1% para as mulheres. Os negros apresentaram um crescimento populacional de 4,2% entre os homens, e 2,1% entre as mulheres. Como resultado geral, apesar de amarelos, indígenas e negros fazerem parte das minorias da população cearense, tais grupos apresentaram um expressivo crescimento populacional no período analisado.

2 O PERFIL EDUCACIONAL

A educação é sem dúvida uma das principais características dos indivíduos numa sociedade. Tal característica exerce influencia sobre diversos aspectos da sociedade como mercado de trabalho, pobreza e desigualdade de renda e crescimento econômico. No presente estudo, a educação é analisada sob diversas óticas, mas sempre comparando as diferenças entre os grupos de gênero (masculino e feminino).

Inicialmente, a Tabela 2.1 apresenta a proporção de indivíduos analfabetos (os quais não sabem ler e escrever) entre homens e mulheres, segundo as faixas etárias.

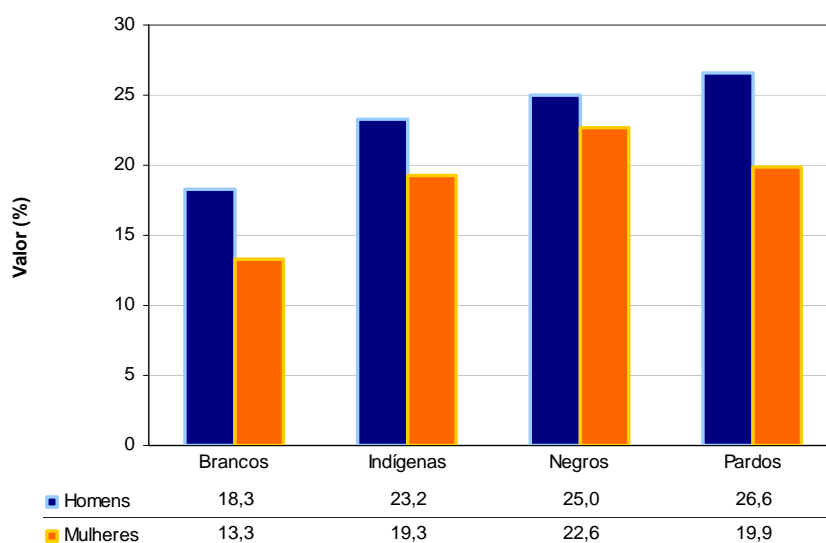
Gráfico 2.1: Proporção de indivíduos analfabetos (os quais não sabem ler e escrever) entre homens e mulheres, segundo as faixas etárias – 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Claramente, nota-se que indivíduos do gênero masculino apresentam percentuais mais elevados de analfabetismo do que indivíduos do gênero feminino em qualquer faixa etária. Para as faixas etárias que se enquadram no período de escolar (5 a 19 anos), o analfabetismo é decrescente. Todavia, o analfabetismo é cada vez maior à medida que as faixas etárias são mais elevadas. Ou seja, o analfabetismo apresenta uma maior intensidade entre adultos e idosos.

Gráfico 2.2: Proporção de Analfabetos entre Homens e Mulheres acima de 15 Anos de Idade, segundo os Grupos de Cor/Raça - 2006

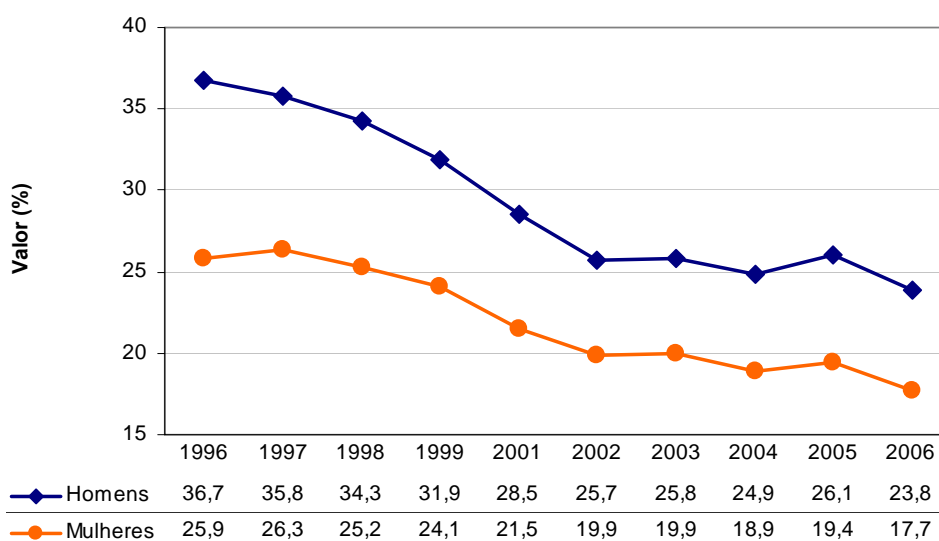


Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Observado a proporção de analfabetos acima de 15 anos de idade por grupo étnico, é possível observar que o grupo de indivíduos brancos apresenta a menor taxa de analfabetismo. Entre negros e pardos, o analfabetismo chega a atingir mais de 25% da população masculina e mais de 20% da população feminina.

Todavia, o padrão no qual homens apresentam taxa de analfabetismo maior do que as mulheres é mantido, mesmo entre grupos de cor/raça. Vale ressaltar que apesar de observar níveis elevados de analfabetismo entre adultos e para grupos de indivíduos não brancos (indígenas, negros e pardos), essa taxa de analfabetismo se mostra decrescente ao longo dos anos, como mostra o Gráfico 2.3. Embora, os indivíduos do gênero feminino apresentem taxa de analfabetismo menor do que indivíduos do gênero masculino, estes últimos apresentaram uma maior taxa de redução nesse indicador (-35,1% para homens, e -31,7% para mulheres).

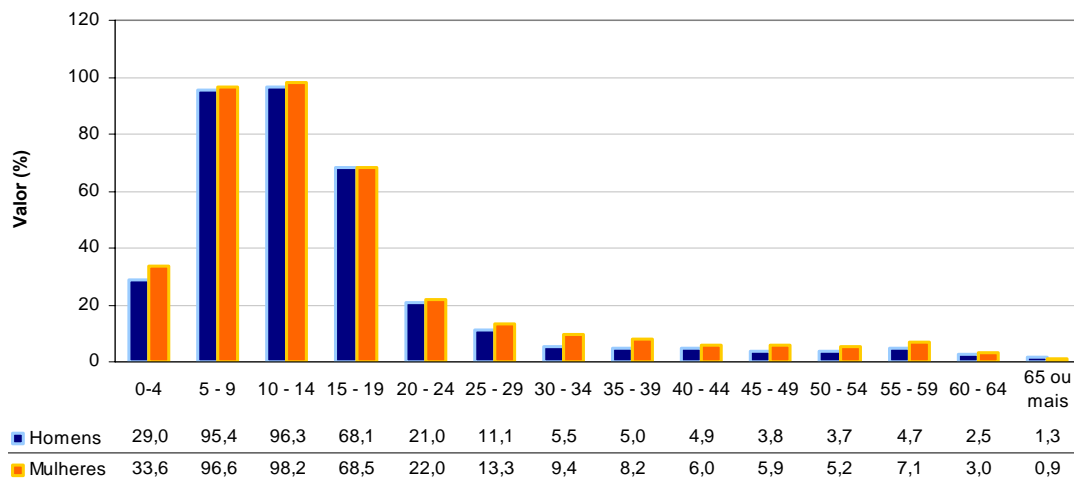
Gráfico 2.3: Taxa de Analfabetismo para Homens e Mulheres acima de 15 anos de Idade no Estado do Ceará – 1996 a 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Outro aspecto importante relacionado à educação é quanto à frequência escolar. Como padrão geral, é possível perceber que as faixas etárias entre 5 a 19 anos apresentam as mais elevadas taxas de frequência escolar, chegando a atingir quase 100% entre os 10 e 14 anos de idade. Por outro lado, a frequência escolar passa a ser cada vez menor à medida que as faixas etárias aumentam.

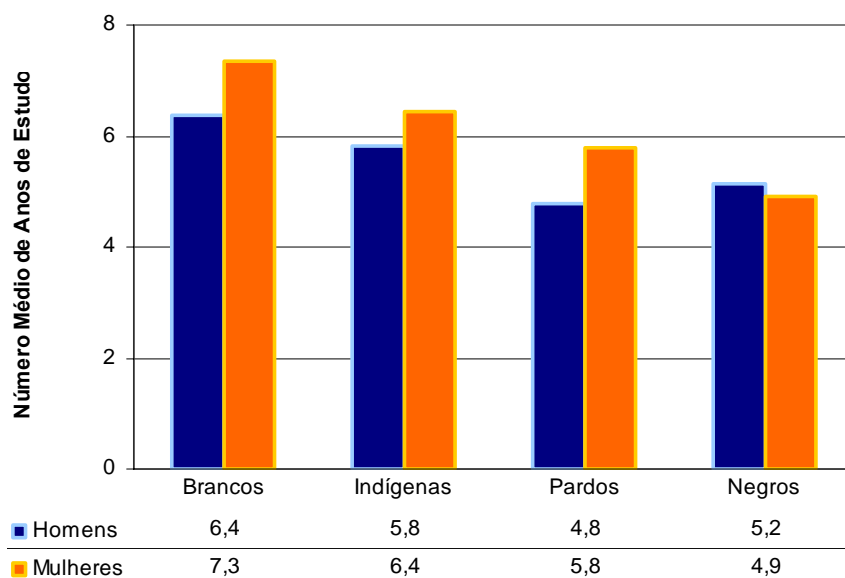
Gráfico 2.4: Taxa de Freqüência Escolar Bruta por Faixa Etária, segundo os Grupos de Gênero no Estado do Ceará em 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Claramente, as mulheres possuem uma maior assiduidade na escola do que os homens, inclusive para faixas etárias mais elevadas. Desta forma, torna-se interessante observar o nível de escolaridade entre ambos os gêneros, como mostra o Gráfico 2.5 abaixo.

Gráfico 2.5: Número Médio de Anos de Estudo para Grupos de Genro entre 25 e 65 anos de Idade, segundo os Grupos de Cor/Raça no Estado do Ceará em 2006



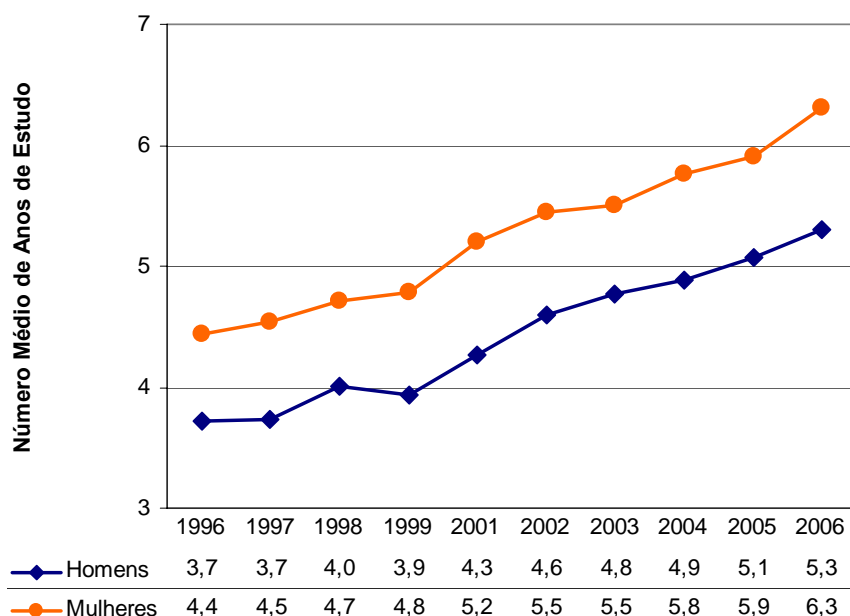
Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

O Gráfico 2.5, acima, mostra que indivíduos da cor branca possuem uma escolaridade média superior aos indígenas, pardos e negros no Estado do Ceará para o

ano de 2006. Em seguida, os indígenas se apresentam como o segundo grupo de cor/raça com maior média de escolaridade, sendo seguido por pardos e negros. É interessante observar que a mulher branca possui em média 7,3 anos de estudo, quase um ano a mais de estudo do que os homens de cor branca. Somente entre os negros, a mulher possui uma escolaridade média inferior ao homem.

Em geral, a escolaridade média entre homens e mulheres vem crescendo significativamente no Estado do Ceará, no período de 1996 a 2006. O Gráfico 2.6 mostra como esse indicador se comportou ao longo do tempo. Notoriamente, as mulheres apresentam aproximadamente um ano a mais de estudo do que os homens para todos os anos considerados.

Gráfico 2.6: Número Médio de Anos de Estudo para Homens e Mulheres entre 25 e 65 Anos de Idade no Estado do Ceará – 1996 a 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

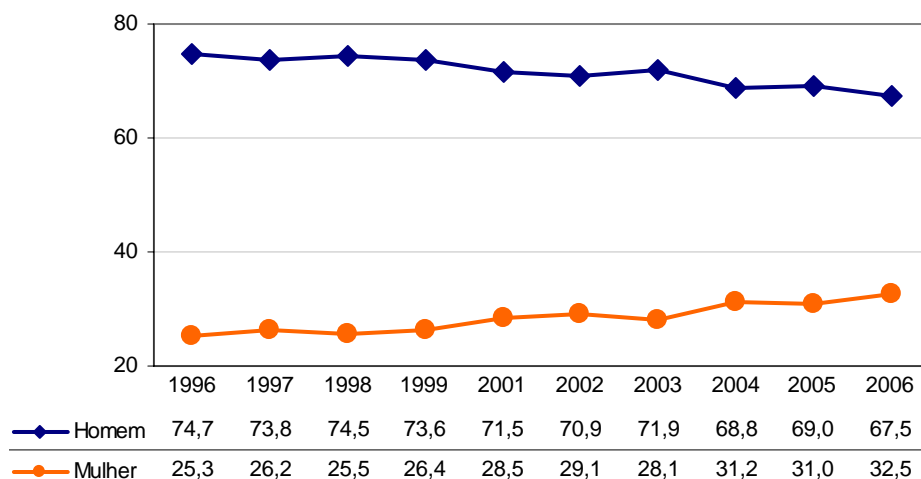
Diante do exposto, percebe-se que o problema do analfabetismo é persistente entre adultos e idosos, principalmente entre os homens. Além disso, a incidência de indivíduos analfabetos é substancialmente maior entre negros e pardos, embora exista uma tendência de redução do analfabetismo ao longo dos anos. Por outro lado, a escolaridade média da população entre 25 e 65 anos de idade apresenta uma trajetória crescente ao longo dos anos, tanto para homens quanto para mulheres. Vale ressaltar que, as mulheres se mostram mais assíduas do que os homens na escola, e possuem uma escolaridade média superior.

3 COMPOSIÇÃO FAMILIAR E FECUNDIDADE

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) possui informações relevantes quanto à composição familiar e fecundidade. No contexto do presente estudo, torna-se relevante saber que tipo de posição a mulher vem ocupando dentro da família, e como a fecundidade da mulher tem se comportado dentro do período de análise.

Inicialmente, percebe-se que a composição da família em relação à pessoa de referência tem apresentado uma significativa mudança de padrão no período de análise (ver Gráfico 3.1).

Gráfico 3.1: Proporção de Homens e Mulheres que se Declararam Pessoas de Referência da Família (Chefe de Família) no Estado do Ceará – 1996 a 2006

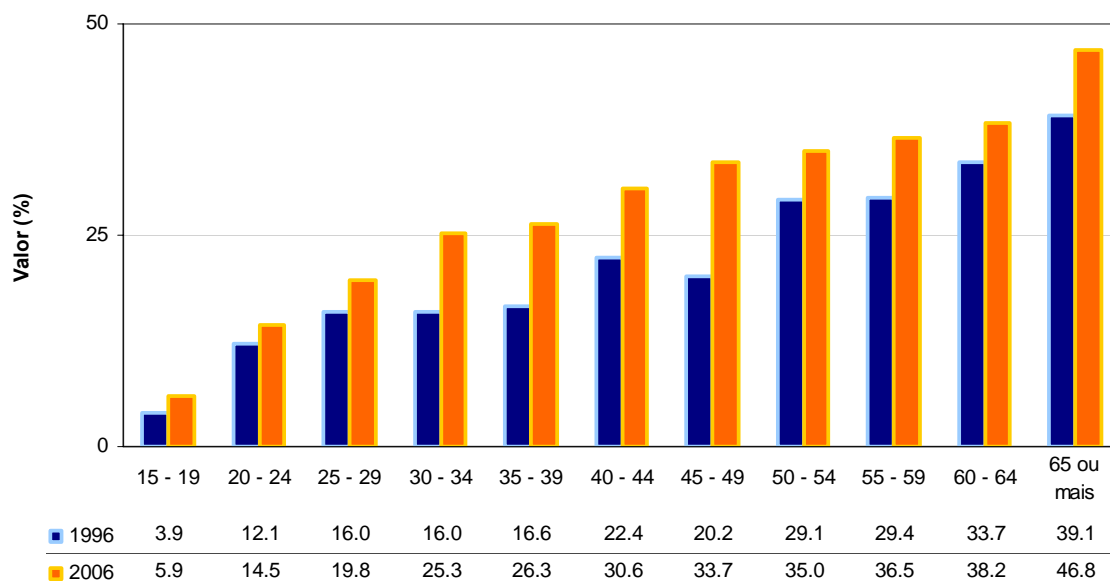


Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Por exemplo, aproximadamente 75% das pessoas que se declararam como chefes de família eram homens, e 25% eram mulheres em 1996. Já em 2006 essas proporções se alteraram, pois 67,5% dos chefes de família eram homens e 32,5% eram mulheres. No Gráfico 3.1, essa mudança na proporção de homens e mulheres como chefes de família possui uma tendência ao longo do tempo. Isso pode ser explicado em parte pelo acesso da mulher no mercado de trabalho, passando a prover o sustento da família e conquistando cada vez mais a posição de referência. Vale ressaltar que outro fator que pode estar afetando esta mudança de perfil da família é um possível aumento do número de mães solteiras e/ou divorciadas. Infelizmente, a PNAD não coleta o estado civil das pessoas entrevistadas e, portanto, não sendo possível de analisar esse caso particular.

O número de mulheres que são chefes de família também cresceu significativamente em todas as faixas etárias, como mostra o Gráfico 3.2. Esse aumento foi ainda mais significativo para mulheres que estão entre as faixas etárias 30 a 49 anos de idade. Por exemplo, na faixa etária de 45 a 49 anos de idade, a proporção de mulheres chefe de família cresceu 66,8%.

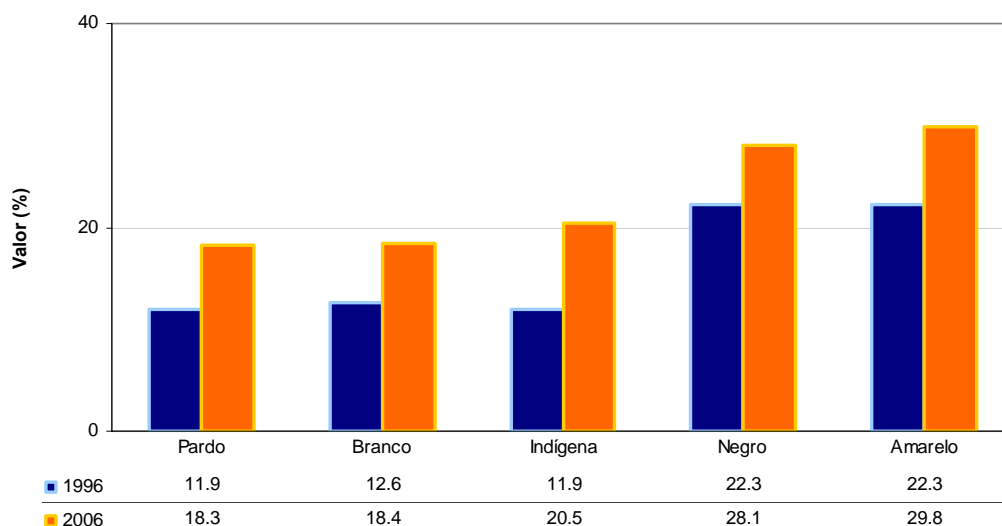
Gráfico 3.2: Proporção de Mulheres que são Chefe de Família no Ceará, segundo as Faixas Etárias – 1996 e 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Considerando os grupos de cor ou raça, também, observa-se que para o grupo de mulheres indígenas o crescimento foi de aproximadamente 72% entre 1996 e 2006. No entanto, os grupos de mulheres negras e amarelas apresentam as maiores proporções de mulheres chefe de família.

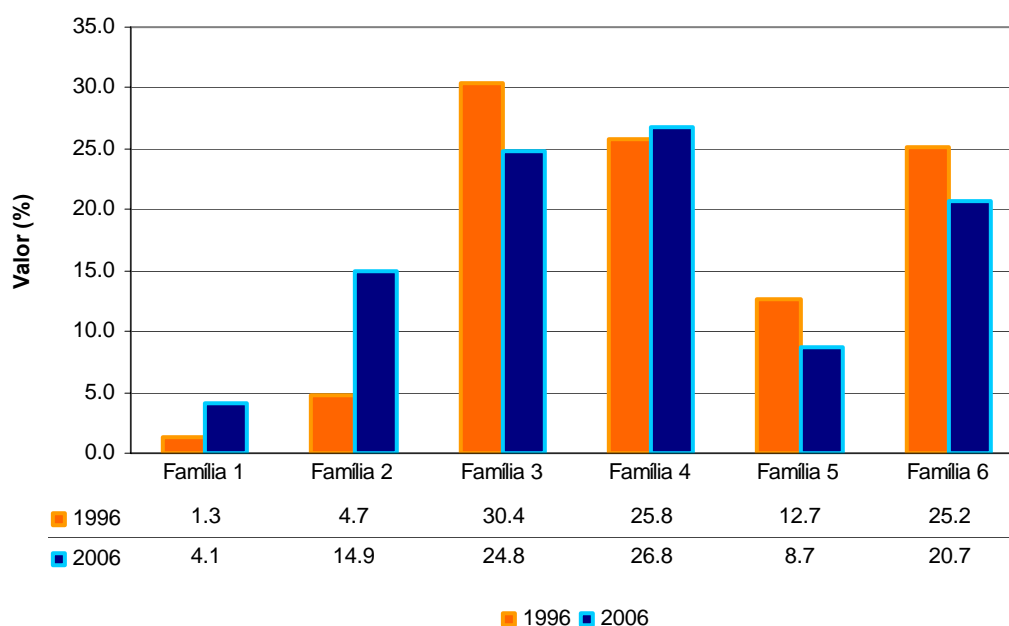
Gráfico 3.3: Proporção de Mulheres que são Chefe de Família no Ceará, segundo os Grupos de Cor/Raça - 1996 e 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

As famílias chefiadas por mulheres podem ser distribuídas em 6 (seis) tipos de famílias, como mostra o Gráfico 3.4.

Gráfico 3.4: Distribuição Percentual das Famílias Chefiadas por Mulheres, segundo o Tipo de Família no Estado do Ceará – 1996 e 2006



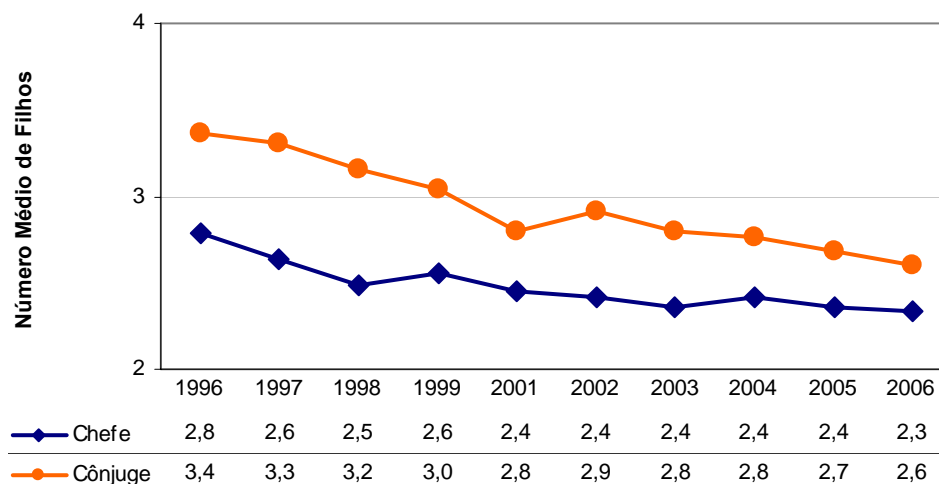
Fonte: PNAD/IBGE (Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, 2007)

Legenda: **Família 1:** Casal sem filhos; **Família 2:** Casal com filhos; **Família 3:** Mãe com todos os filhos menores de 14 anos; **Família 4:** Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais; **Família 5:** Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais; **Família 6:** Outros tipos de família.

O Gráfico 3.4 mostra que a proporção de famílias do tipo 3 e 4 estão em maior número. Em outras palavras, famílias de mães sem o cônjuge e com todos os filhos menores de 14 anos de idade (Família 3) ou com todos os filhos maiores de 14 anos de idade (Família 4) predominam entre as famílias chefiadas por mulheres. Todavia, as famílias do tipo 3, mães com todos os filhos menores de 14 anos de idade, apresentou um redução na proporção entre os anos de 1996 e 2006. Por outro lado, as famílias chefiadas por mulheres com a presença do homem na posição de cônjuge, Família 1 e 2, apresentaram um baixo valor percentual, embora tenha se observado uma variação positiva do indicador no período analisado. Como resultado geral, o Gráfico 3.4 mostra que entre as famílias chefiadas por mulheres predominam as famílias sem a presença do homem na posição de cônjuge e com filhos menores e/ou maiores de 14 anos de idade.

Complementando as informações a respeito da estrutura familiar, vale ressaltar que tanto na posição de chefe de família quanto na posição de cônjuge, as mulheres têm diminuído o número médio de filho como mostra o Gráfico 3.5.

Gráfico 3.5: Número Médio de Filhos para Mulheres entre 15 e 49 Anos de Idade no Ceará, segundo a Posição de Referência na Família – 1996 a 2006

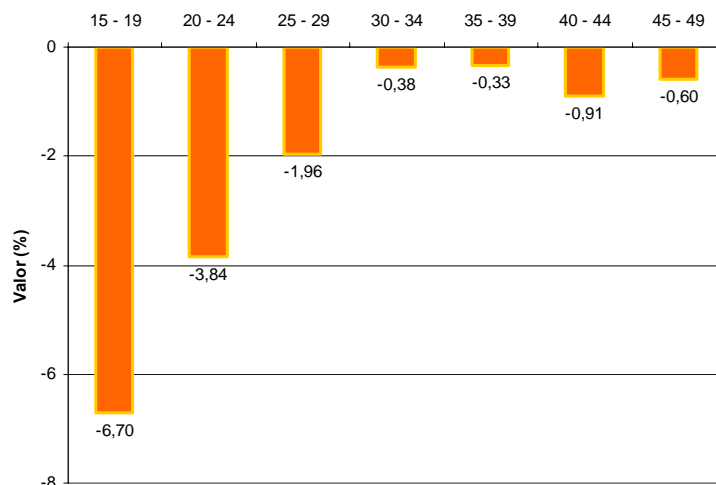


Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Nas famílias chefiadas por mulheres observa-se um número médio de filhos menor do que em famílias chefiadas por homens onde as mulheres estão na posição de cônjuge. Essa é uma situação tida como normal dentro da estrutura familiar, visto que a mulher na posição de chefe de família passa a ter uma maior necessidade de prover o bem-estar da família. Vale salientar que a persistência da redução do número médio de filhos terá como consequência a diminuição do tamanho médio das famílias.

O Gráfico 3.6, abaixo, apresenta a variação percentual da proporção de mulheres que tiveram pelo menos um filho nascido vivo até a data da entrevista da PNAD, segundo as faixas etárias.

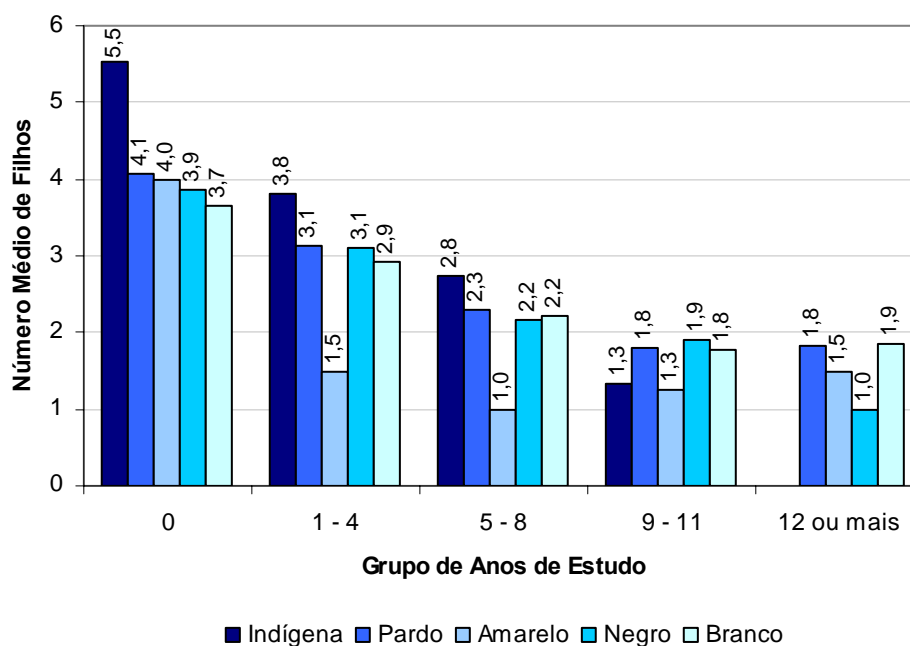
Gráfico 3.6: Variação da Proporção de Mulheres com algum Filho Nascido Vivo por Faixa Etária no Ceará – 1996/2006



Um aspecto interessante deste gráfico é o de que as reduções são cada vez maiores para as faixas etárias mais baixas. Desta forma, foi possível verificar que a proporção de mães entre as mulheres de 15 a 19 anos de idade caiu 6,7% no período de 1996 a 2006. As faixas etárias de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos também apresentaram reduções significativas, respectivamente -3,8% e -1,9%. Vários fatores podem estar contribuindo diretamente para a significativa redução da proporção de mulheres com filhos como a maior participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na estrutura familiar.

Embora o número médio de filhos tenha se reduzido para as diferentes faixas etárias nos últimos anos, esse indicador se mostra heterogêneo quando se compara grupos de cor ou raça e escolaridade.

Gráfico 3.7: Número Médio de Filhos para Mulheres entre 15 e 49 Anos de Idade, segundo Grupo de Anos de Estudo no Ceará – 2006

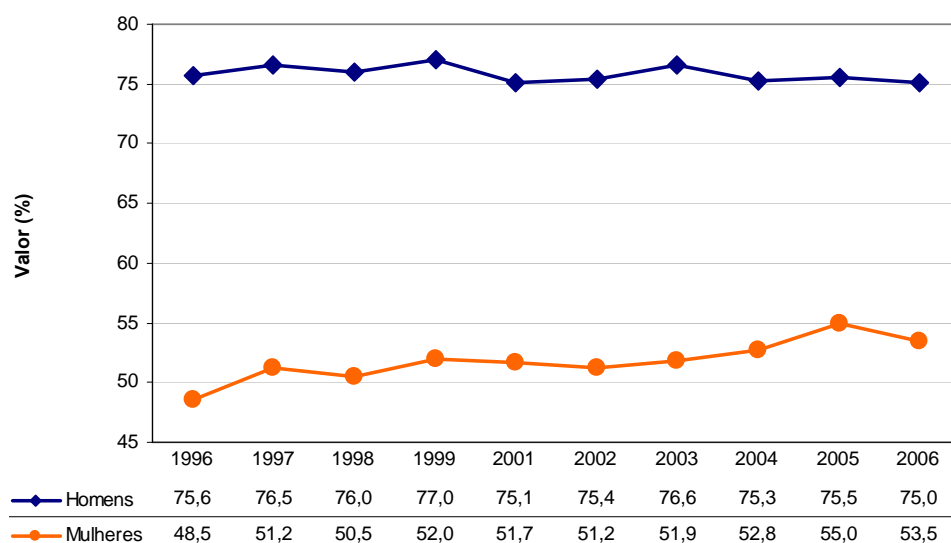


Nitidamente, o número médio de filhos possui um viés decrescente à medida que a escolaridade da mulher aumenta. Para mulheres sem instrução ou menos de um ano de estudo, os valores médios estão próximos de 4. Para a maioria dos grupos de anos de estudo, as mulheres indígenas apresentam uma média superior ao das demais. As mulheres negras apresentam média de valores muito próxima ao das mulheres brancas, e inferiores aos valores apresentados para mulheres pardas (com exceção do grupo de 9 a 11 anos de estudo). Já para as mulheres com mais de 12 anos de estudo, essa média se reduz para valores próximo a 2. Essa é uma evidência empírica que indica que mulheres mais escolarizadas tendem a apresentar um maior controle sobre a sua fecundidade e a decisão de ter filhos.

4 OCUPAÇÃO E RENDIMENTO

A presente seção tem por objetivo apresentar informações a respeito de ocupação e rendimento, privilegiando a comparação entre gêneros e grupos de indivíduos. Desta forma, a análise inicia-se com indicadores de mercado de trabalho observando aspectos da participação no mercado de trabalho, ocupação e desemprego e salários. O Gráfico 4.1, abaixo, mostra o percentual da população masculina e feminina que participam do mercado de trabalho, ou seja, a parcela da população entre 10 e 65 anos de idade que faz parte da população economicamente ativa.

Gráfico 4.1: Taxa de Participação no Mercado de Trabalho do Ceará, segundo o Gênero (indivíduos entre 10 e 65 anos de idade) – 1996 a 2006

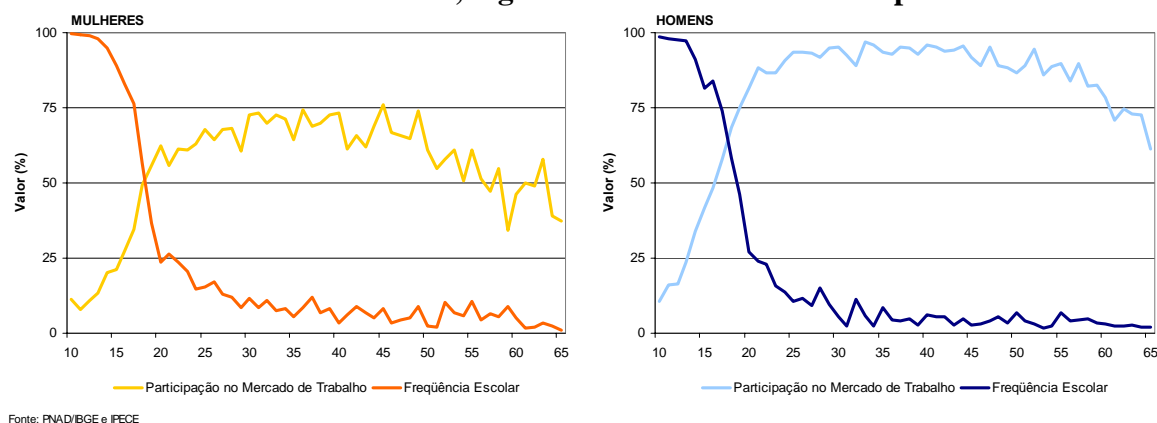


Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

O Gráfico 4.1, acima, mostra que a população masculina possui uma taxa de participação no mercado de trabalho estável em torno de 75% ao longo do período analisado. Por outro lado, a população feminina apresenta uma taxa de participação no mercado de trabalho crescente. Esse indicador apresentou valor de aproximadamente 48% em 1996, chegando a 55% em 2005, e caindo para aproximadamente 53% em 2006. Portanto, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu 10,3% entre 1996 e 2006. Essa é uma das principais transformações estruturais que o mercado de trabalho brasileiro vem apresentando nas últimas décadas.

O Gráfico 4.2 apresenta um aspecto importante do ciclo de vida dos indivíduos na população cearense, o mercado de trabalho e a escola. Observado os dados da PNAD, nota-se que até os 17 anos de idade a taxa de frequência escolar é superior a taxa de participação no mercado de trabalho tanto para as mulheres, quanto para os homens.

Gráfico 4.2: Participação no Mercado de Trabalho e Frequência Escolar de Mulheres e Homens no Ceará, segundo a Idade em Anos Completos – 2006

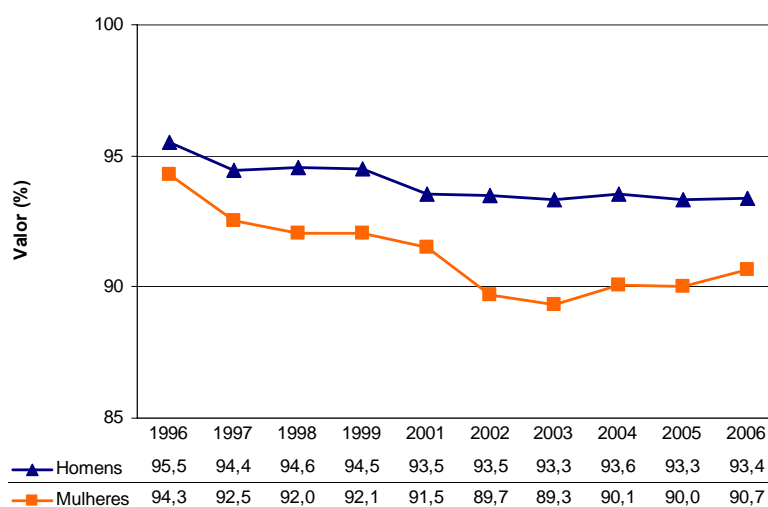


A situação se inverte a partir dos 18 anos de idade, quando a taxa de participação no mercado de trabalho passa a ser maior do que a taxa de frequência escolar. Em ambos os gráficos é possível notar que a mulher possui níveis de participação no mercado de trabalho menor do que os homens, reforçando a evidência do Gráfico 4.1. Todavia, as mulheres apresentam níveis de frequência à escola superior aos homens entre os indivíduos da população adulta (acima de 25 anos de idade).

Além disso, a maior parte da população masculina e feminina que está participando do mercado de trabalho possui algum tipo de ocupação, seja esta ocupação

formal ou informal. O Gráfico 4.3 apresenta o comportamento da taxa de ocupação no mercado de trabalho entre 1996 e 2006.

Gráfico 4.3: Taxa de Ocupação da População Masculina e Feminina (10 a 65 Anos de Idade) no Ceará – 1996 a 2006

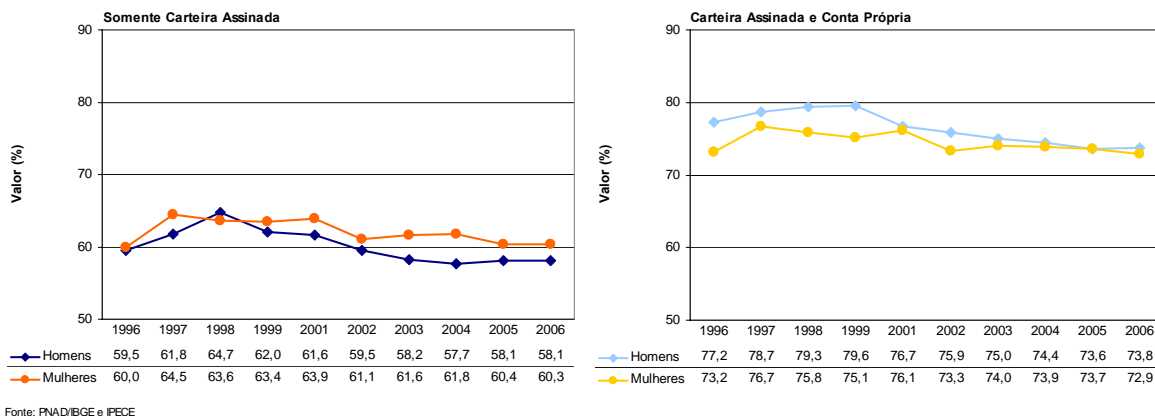


Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

O Gráfico 4.3 mostra que a taxa de ocupação para ambos os gêneros sofreu uma queda entre 1996 e 2006, sendo a taxa de ocupação dos homens sempre superior a das mulheres nesse mesmo período. Essa queda foi mais significativa para as mulheres, pois a diferença da taxa de ocupação em relação aos homens que era de -1,2% em 1996, aumentando para -4% em 2003 e, em seguida, diminuindo para -2,7% em 2006. Essa menor estabilidade da taxa de ocupação feminina pode estar associada com o tipo de atividade exercida por elas, e a rotatividade da mão-de-obra no mercado de trabalho cearense.

Outro aspecto importante do mercado de trabalho refere-se ao grau de informalidade das ocupações. O Gráfico 4.4, abaixo, apresenta o percentual de indivíduos ocupados sem carteira assinada (e conta-própria, gráfico à esquerda) sobre o total de indivíduos ocupados.

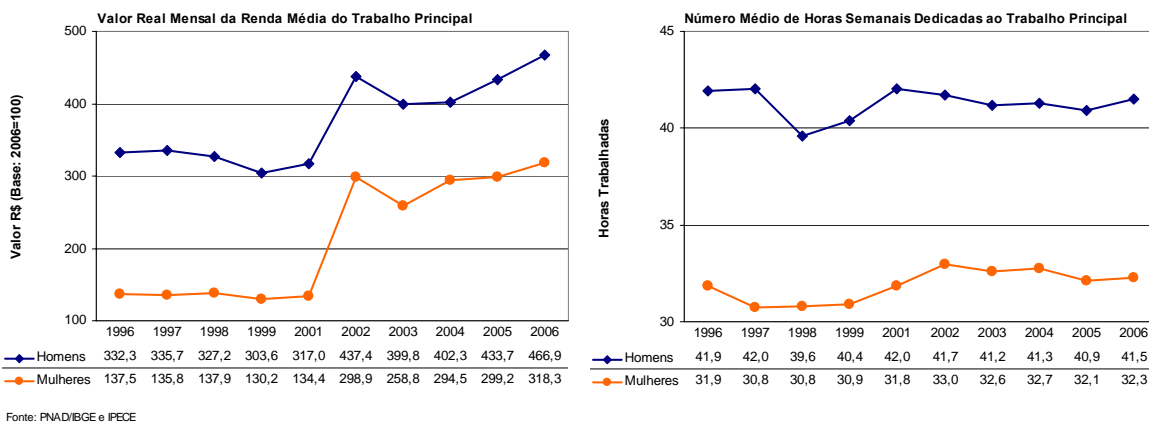
Gráfico 4.4: Grau de Informalidade das Ocupações entre Homens e Mulheres no Ceará entre 1996 e 2006



O Gráfico 4.4 mostra uma ligeira redução do grau de informalidade das ocupações ao longo do período analisado. Quando se considera apenas indivíduos com carteira de trabalho assinada, as mulheres apresentam níveis de informalidade das ocupações superior aos homens. No entanto, quando se considera trabalhadores sem carteira assinada e aqueles que trabalham por conta própria, os homens passam a apresentar níveis de informalidade das ocupações superior ao apresentado pelas mulheres, sendo praticamente inexistente o diferencial de valores entre 2004 e 2006. Vale ressaltar que esses indicadores apresentam uma escala de valores elevadas em função da não inclusão de indivíduos que trabalham no serviço público, forças armadas e para o próprio consumo.

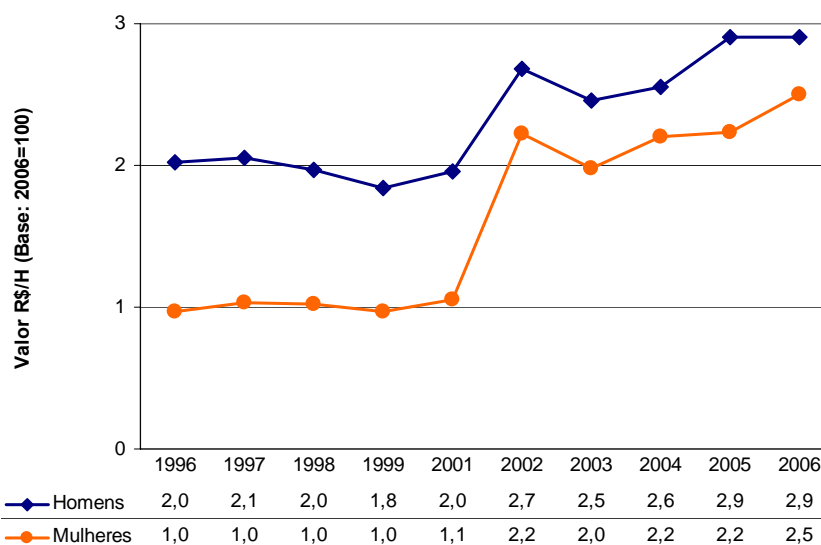
Um tema bastante debatido nacionalmente é a existência de diferenciais de salários entre homens e mulheres. Em geral, diversos estudos têm mostrado que os homens apresentam ganhos salariais superiores ao registrados para as mulheres. Os Gráficos 4.5 e 4.6 mostram algumas interessantes evidências a respeito deste diferencial para o Ceará

Gráfico 4.5: Valor Real da Renda Média e Número Médio de Horas no Trabalho Principal da População Ocupada (10 a 65 Anos de Idade) no Ceará – 1996 a 2006



No Gráfico 4.5, percebe-se que tanto indivíduos do sexo masculino quanto feminino apresentaram ganhos reais salariais a partir de 2001, sendo sempre o salário médio real do homem superior ao das mulheres. Em parte esses ganhos salariais podem ser atribuídos às dotações de cada indivíduo (por exemplo, nível de escolaridade), ao número de horas trabalhadas e a discriminação de mercado (em geral, não observada pelos pesquisadores). Em relação ao número de horas trabalhadas, nesse mesmo gráfico é possível notar que os homens dedicam em média 9 horas semanais a mais ao trabalho do que a mulher. Desta forma, para obtermos uma visão mais clara do diferencial de salários é preciso observar o comportamento da variável salário-hora real. Vale salientar que esta variável necessita ser construída considerando que a renda do trabalho principal é mensal, e multiplicar o número de horas semanais dedicadas ao trabalho por quatro para que tenhamos o total de horas mensais.

Gráfico 4.6: Valor Médio Real do Salário-Hora do Trabalho Principal da População Ocupada (10 a 65 Anos de Idade) no Ceará – 1996 e 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

O crescimento do salário-hora no período de 1996 a 2006 pode estar indicando um crescimento da remuneração ao trabalho população cearense, visto que o número médio de horas dedicadas ao trabalho pouco variou nesse mesmo período. Diversos fatores podem ter contribuído para este crescimento, por exemplo, aumento da oferta de mão de obra qualificada. Outro possível fator é a política de salário mínimo que tem trazido ganhos reais para os trabalhadores no período de 2002 a 2006. Outro resultado não menos importante nesse gráfico é que o diferencial de salário-hora entre homens e mulheres tem diminuído drasticamente. Por exemplo, em 1996 o diferencial era

exatamente um real (R\$ 1,00), reduzindo-se para R\$ 0,40 em 2006, correspondendo a uma redução de 60% nesse período.

Diante do exposto, nota-se que ao longo dos anos a condição da mulher no mercado de trabalho vem melhorando em relação ao homem. Claramente, essa melhora pode ser observada, principalmente, no aumento da taxa de participação no mercado de trabalho e na redução do diferencial de remuneração do trabalho. No entanto, torna-se interessante analisar o comportamento dos principais indicadores de mercado de trabalho para os diferentes grupos de mulheres. Desta forma, obtém-se uma visão mais pormenorizada da condição da mulher no mercado de trabalho.

A Tabela 4.1, abaixo, apresenta os valores dos indicadores de mercado de trabalho considerando a população feminina entre 25 e 65 anos de idade e que não mais frequênta a escola.

Tabela 4.1: Indicadores Seleccionados de Mercado de Trabalho, segundo Grupo de Anos de Estudo da População Feminina no Ceará - 2006

Indicadores Seleccionados	Grupos de Anos de Estudo				
	0*	1 - 4	5 - 8	9 - 11	12 ou mais
10 a 24 Anos de Idade					
Taxa de Participação (%)	30.6	18.5	28.7	58.1	71.7
Taxa de Ocupação (%)	72.7	93.0	83.8	76.0	78.7
Taxa de Informalidade (%)	89.7	91.3	93.9	66.1	49.9
Renda Média Mensal do Trab. Principal (R\$)	90.8	46.4	92.3	227.3	474.9
Horas Médias Trabalhadas por Semana (h)	24.9	21.6	30.4	34.1	31.4
Valor Real do Salário-Hora (R\$/h)	0.8	0.4	0.7	1.9	4.1
Idade Média da Primeira Ocupação	10.6	10.0	12.3	15.5	18.0
25 a 49 Anos de Idade					
Taxa de Participação (%)	53.7	61.9	64.9	74.9	91.2
Taxa de Ocupação (%)	94.6	94.4	93.4	90.6	95.8
Taxa de Informalidade (%)	95.5	89.7	75.0	56.9	43.5
Renda Média Mensal do Trab. Principal (R\$)	96.3	125.7	223.0	420.5	1078.3
Horas Médias Trabalhadas por Semana (h)	27.0	30.2	34.2	37.7	34.9
Valor Real do Salário-Hora (R\$/h)	0.8	1.0	1.7	3.1	8.6
Idade Média da Primeira Ocupação	11.1	12.3	13.7	16.2	17.9
50 a 65 Anos de Idade					
Taxa de Participação (%)	48.5	51.8	51.4	52.7	65.8
Taxa de Ocupação (%)	98.3	99.4	97.4	100.0	99.1
Taxa de Informalidade (%)	96.0	94.3	84.3	61.5	51.7
Renda Média Mensal do Trab. Principal (R\$)	67.6	114.8	224.7	540.6	1737.0
Horas Médias Trabalhadas por Semana (h)	25.3	25.0	31.9	35.4	34.6
Valor Real do Salário-Hora (R\$/h)	0.6	1.0	1.9	4.4	14.8
Idade Média da Primeira Ocupação	10.7	11.8	14.1	16.3	18.8

Fonte: PNAD/IBGE e IPECE. * O valor "0" significa dizer que o indivíduo possui menos de um ano de estudo ou nenhum grau de escolarização.

A tabela mostra que a taxa de participação no mercado de trabalho é cada vez maior para as mulheres com mais anos de escolaridade. Essa participação é maior para as mulheres na faixa etária de 25 a 49 anos de idade. A taxa de ocupação é maior para as mulheres com maior escolaridade e para aquelas que são mais experientes. Já o grau de informalidade é maior para as mulheres de 50 a 65 anos de idade, embora esse indicador apresente valores decrescentes com a escolaridade. A média de horas trabalhadas por semana é maior para as mulheres entre 25 e 49 anos de idade, e cresce com o grau de escolaridade das mesmas. Todavia, a média de renda proveniente do trabalho principal é maior para a faixa etária de 50 a 65 anos de idade, muito provavelmente, em virtude da experiência acumulada. Isso pode ser claramente observado pelo indicador de salário-hora no qual mostra que as mulheres mais experientes e mais escolarizadas obtêm maiores ganhos de rendimento. Por exemplo, o salário-hora para o grupo de mulheres com idade entre 50 a 65 anos de idade e com mais de 12 anos de estudo é 1,7 vezes maior do que o valor observado para as mulheres de 25 a 49 anos de idade e com mesma escolaridade, e 3,6 vezes maior do que o valor observado para as mulheres entre 10 e 24 anos de idade e com 12 anos ou mais de estudo. Outro resultado interessante é o de que a idade média com a qual a mulher obteve a sua primeira ocupação é cada vez maior à medida que a escolaridade aumenta. Esse é um resultado esperado, visto que a busca por uma maior escolarização faz com que o indivíduo entre no mercado de trabalho cada vez mais tarde.

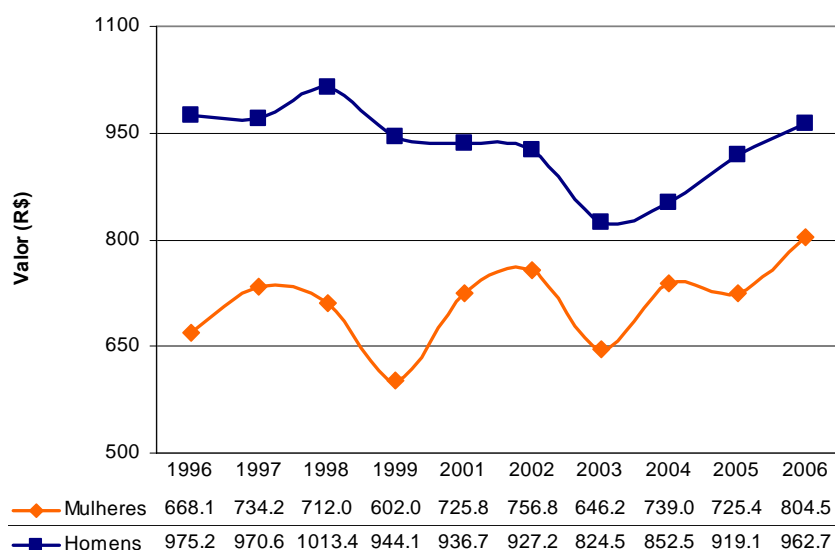
5 A INCIDÊNCIA DA POBREZA

A pobreza é um dos principais fenômenos sócio-econômicos que atingem a população brasileira, principalmente a população nordestina. Desta forma, torna-se interessante observar como se apresenta esses dois fenômenos quando estratificamos a população entre gêneros e outros grupos de características como educação e cor ou raça. Para tanto, esta seção é iniciada a partir da análise da renda familiar, a qual será utilizada para o cálculo dos índices de pobreza.

O Gráfico 5.1 mostra o comportamento da renda familiar para famílias chefiadas por homens ou mulheres. Para as famílias chefiadas por homens, a renda total familiar apresentou sucessivas quedas até o ano de 2003, voltando a crescer a partir deste ano. Por outro lado, as famílias chefiadas por mulheres apresentaram uma tendência de crescimento da renda familiar total ao longo dos anos, embora tenha se observado

oscilações nos seus valores. Todavia, o diferencial de renda familiar em favor das famílias chefiadas por homens em relação às famílias chefiadas por mulheres é positivo, mas decrescente ao longo do período analisado.

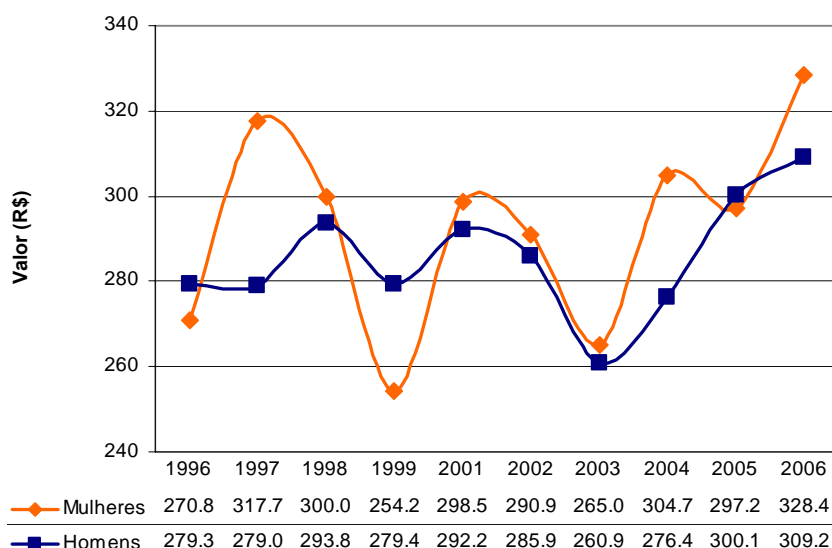
Gráfico 5.1: Renda Familiar Real segundo Famílias Chefiadas por Homens ou Mulheres no Ceará – 1996 a 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Entretanto, quando se observa a renda familiar per capita média, ou seja, a renda apropriada por cada membro da família, percebe-se que em média o diferencial é positivo em favor das famílias chefiadas por mulheres no período analisado.

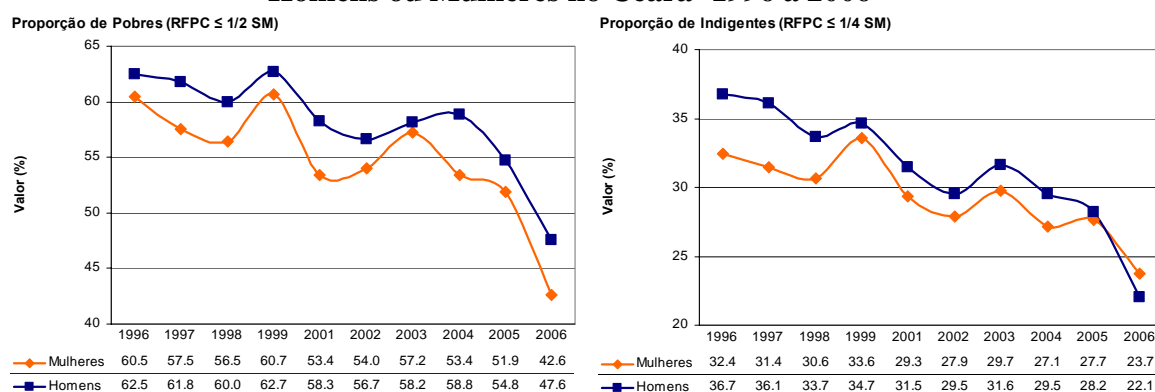
Gráfico 5.2: Valor Médio Real da Renda Familiar Per Capita, segundo Famílias Chefiadas por Homens ou Mulheres no Ceará – 1996 a 2006



Vale salientar que famílias chefiadas por mulheres, em geral, apresentam um tamanho médio de família menor do que as famílias chefiadas por homens (ver Gráfico 3.5), o que contribui para o diferencial de renda familiar per capita em favor das famílias chefiadas por mulheres.

A pobreza está diretamente relacionada à renda familiar per capita, pois no presente estudo é considerado pobre qualquer indivíduo que possua uma renda familiar per capita mensal inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e é considerado indigente caso possua uma renda familiar per capita mensal inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. O Gráfico 5.3 mostra como se comportou o percentual de pobres e indigentes considerando os grupos de indivíduos que fazem parte de famílias chefiadas por homens ou mulheres.

Gráfico 5.3: Proporção de Pobres e Indigentes, segundo as Famílias Chefiadas por Homens ou Mulheres no Ceará -1996 a 2006

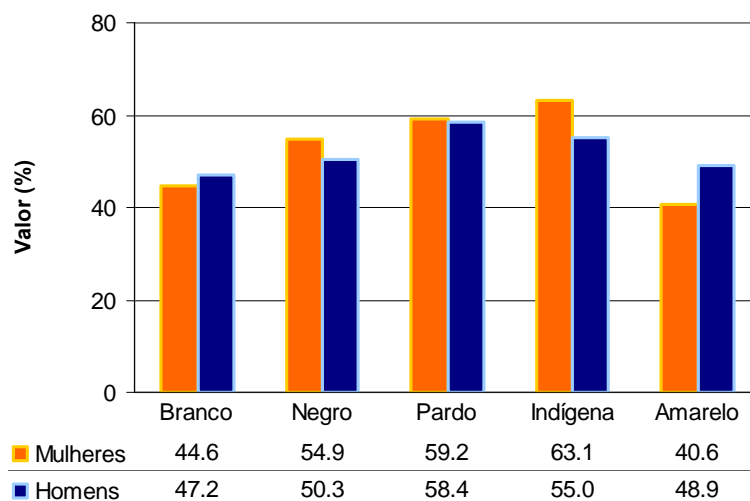


Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Segundo o gráfico, nota-se que a proporção de pobres e indigentes caiu significativamente entre os indivíduos que são membros de famílias chefiadas por mulheres ou por homens. Todavia, ainda se observa que as famílias chefiadas por mulheres apresentam um percentual de pobreza e/ou indigência menor do que as famílias chefiadas por homens.

Incorporando algumas características individuais, percebe-se que a pobreza atinge determinados grupos de maneira diferenciada. O Gráfico 5.4 apresenta a proporção de pobres para grupos de homens e mulheres em 2006, considerando a característica de cor ou raça. Somente entre brancos e amarelos, a proporção de homens pobres é superior a proporção de mulheres pobres. Para indivíduos negros pardos e indígenas se verifica o inverso. Além disso, observa-se que os indígenas apresentam a maior proporção de mulheres pobres, equivalente a 63%. Já as mulheres pardas e negras também apresentam proporções equivalentes a 59,2% e 54,9%.

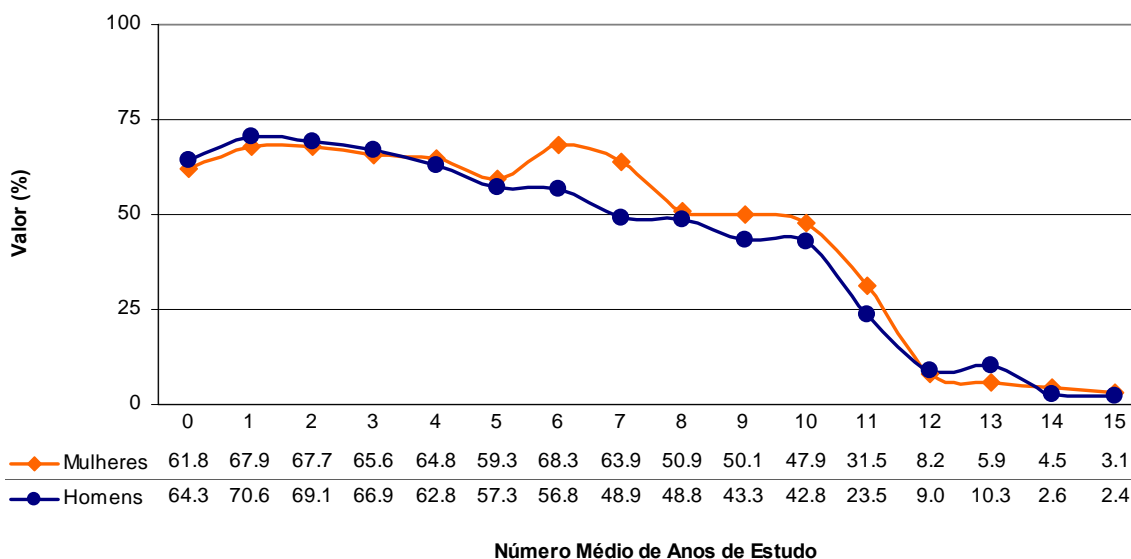
Gráfico 5.4: Proporção de Pobres para Homens e Mulheres, segundo os Grupos de Cor ou Raça no Ceará em 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

A educação é uma característica individual que pode afetar a pobreza de maneira significativa, pois indivíduos mais escolarizados obtêm maiores ganhos de rendimento, conseqüentemente, tem maior possibilidade de se situarem acima da linha de pobreza. O Gráfico 5.5, abaixo, apresenta o percentual médio de homens e mulheres pobres para cada ano de estudo completo.

Gráfico 5.5: Proporção de Homens e Mulheres abaixo da Linha de Pobreza ($\frac{1}{2}$ SM de 2006) no Ceará, segundo o Número Médio de Anos de Estudo – 2006



Fonte: PNAD/IBGE e IPECE

Claramente, percebe-se que para grupos de indivíduos com elevada escolaridade a proporção de pobres é cada vez menor. O grupo de indivíduos com 15 anos ou mais de estudo apresenta proporção de pobres igual a 3,1% para as mulheres e 2,4% para os homens. Já o grupo de indivíduos com 11 anos completos de estudo (corresponde ao ensino médio concluído) apresenta proporção de pobres igual a 31,5% para as mulheres e 23,5% entre os homens. Para o grupo de indivíduos com apenas um ano completo de estudo, os percentuais de pobreza são 67,9% para as mulheres e 70,6% para os homens.

Particularmente, a fertilidade é uma característica intrínseca às mulheres e ao interar esta característica ao nível de escolaridade é possível notar que a pobreza (e a indigência) apresenta níveis de incidência diferenciada. Desta forma, torna-se possível identificar que grupos de mulheres são mais vulneráveis. A Tabela 5.1, abaixo, apresenta a proporção de pobres e indigentes considerando a escolaridade e o número médio de filhos para as mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos.

Tabela 5.1: Proporção de Pobres para Mulheres em Idade Fértil (15 a 49 Anos de Idade) no Ceará, segundo Número Médio de Filhos e Grupo de Anos Completos de Estudo - 2006

Insuficiência de Renda	Grupo de Anos Completos de Estudo			
	0	1 - 8	11 - 9	12 ou mais
Proporção de Pobres (RFPC \leq 1/2 SM)				
0	48,2	59,5	33,0	3,3
1	74,7	71,0	45,1	13,4
2	78,4	73,2	44,2	6,9
3	85,2	76,5	39,7	19,4
4 ou mais	88,5	82,3	54,4	42,9
Proporção de Indigentes (RFPC \leq 1/4 SM)				
0	19,8	27,9	13,1	0,2
1	44,2	36,9	18,2	4,9
2	40,8	35,7	13,6	1,9
3	54,1	38,1	15,5	5,8
4 ou mais	60,3	49,1	20,6	23,2

Fonte: Próprio Autor

Dois resultados imediatos são visíveis na Tabela 5.1. O primeiro mostra que independente do número médio de filhos, a pobreza e a indigência são mais incidentes em grupos de mulheres com menor escolaridade. O segundo resultado é o de que independente do grau de escolaridade, a incidência da pobreza e da indigência é maior para grupos de mulheres com maior média de filhos. Este é um resultado esperado, pois quanto maior o número de filhos, maior será o tamanho da família e menor será a renda

familiar per capita média. Assim, para mulheres com baixa renda familiar per capita as chances de estarem abaixo da linha de pobreza ou indigência são maiores.

Um terceiro resultado surge da interação do número médio de filhos e do grau de escolaridade. Por exemplo, para o grupo de mulheres em idade fértil com nenhum grau de instrução e com 4 ou mais filhos a proporção de pobres e indigentes é de 88,5% e 60,3%. Enquanto para mulheres com apenas um filho e 12 anos ou mais de estudo, a proporção de pobres e indigentes é de 13,4% e 4,9%. Claramente, as mulheres com maior número de filhos e menor grau de escolaridade estão em uma maior situação de vulnerabilidade.

Nesta seção, foi possível observar que existe um diferencial positivo de renda familiar total entre famílias chefiadas por homens em relação às famílias chefiadas por mulheres, mas que se mostra decrescente ao longo do tempo. Além disso, o fato de famílias chefiadas pela mulher apresentarem um tamanho médio menor do que famílias chefiadas por homens faz com que o diferencial de renda familiar per capita seja o inverso em relação ao da renda familiar total. Vale ressaltar que a incidência da pobreza e da indigência se mostra decrescente ao longo do tempo. Contudo, há grupos de mulheres bastante vulneráveis como é o caso das mulheres indígenas, pardas e negras, cuja incidência da pobreza superou os 50%. Não obstante, um dos grupos de mulheres mais vulneráveis são aquelas com baixa escolaridade e com uma média de filhos igual ou superior a 4. Para este grupo a incidência da pobreza chegou a atingir 88,5% em 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou apresentar um conjunto de indicadores sociais, os quais enfocassem as principais diferenças sociais entre homens e mulheres. Desta forma, tornou-se possível observar diversas características da população cearense como demografia, educação, composição familiar e fecundidade, trabalho e rendimento, e a incidência da pobreza. Dentre as principais evidências foi possível observar que:

- A população cearense está envelhecendo e este processo se reflete sobre a longevidade, onde as mulheres vivem em média quase nove anos a mais que os homens;

- As mulheres apresentam melhor desempenho escolar do que os homens. Contudo, as mulheres negras, pardas e indígenas apresentam elevada taxa de analfabetismo e baixa escolaridade em relação às mulheres brancas;
- No período de 1996 a 2006, a estrutura familiar vem apresentando profundas transformações, como:
 - aumento do número de famílias chefiadas por mulheres;
 - redução do número médio de filhos, principalmente em famílias chefiadas por mulheres;
 - redução significativa da proporção de mulheres jovens (15 a 24 anos) com pelo menos um filho nascido vivo;
- Crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, com uma redução significativa do diferencial de salário entre homens e mulheres;
- Apesar da redução significativa da pobreza no período analisado, esse problema sócio-econômico tem um considerável incidência sobre mulheres com baixa escolaridade e com mais de 3 filhos.

As evidências empíricas listadas acima nos estimulam a aprofundar ainda mais a investigação sobre a condição da mulher na sociedade. Desta forma, explicar os determinantes da participação da mulher no mercado de trabalho, e os fatores que afetam o diferencial de salários entre homens e mulheres são exemplos de investigações que podem contribuir para a criação de políticas públicas que busquem melhorar a condição da mulher no mercado de trabalho. Também, torna-se interessante investigar os efeitos da educação sobre o comportamento das mulheres como parte fundamental do planejamento familiar, principalmente no que diz respeito à decisão de ter filhos. Em geral, mulheres menos educadas possuem um número médio de filhos mais elevado do que mulheres mais educadas. Além disso, pelo fato de obterem ganhos salariais menores, as mulheres menos educadas e com elevado número de filhos estão mais sujeitas a condição de pobreza.

Portanto, o presente estudo, certamente, vem contribuir para estimular uma maior discussão sobre a condição da mulher na sociedade cearense e, desta forma,

fomentar a formulação de políticas públicas, buscando sempre a melhoria das condições sociais.

Tabela A.1: População Residente no Estado do Ceará – 1996 e 2006

Grupos de idade	População residente						%			
	1996			2006			1996		2006	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	6.812.575	3.290.492	3.522.083	8.238.204	3.995.509	4.242.695	48.3	51.7	48.5	51.5
0 a 4 anos	781.049	399.827	381.222	700.815	347.137	339.211	5.9	5.6	4.2	4.1
5 a 9 anos	840.276	418.150	422.126	828.781	393.925	414.338	6.1	6.2	4.8	5.0
10 a 14 anos	840.265	421.497	418.768	868.181	463.786	426.440	6.2	6.1	5.6	5.2
15 a 19 anos	760.624	381.842	378.782	852.719	421.704	418.663	5.6	5.6	5.1	5.1
20 a 24 anos	559.464	273.013	286.451	785.267	381.341	399.671	4.0	4.2	4.6	4.9
25 a 29 anos	502.186	231.012	271.174	646.081	331.382	359.189	3.4	4.0	4.0	4.4
30 a 34 anos	453.283	209.207	244.076	573.599	295.289	311.146	3.1	3.6	3.6	3.8
35 a 39 anos	386.583	182.659	203.924	546.517	277.743	302.677	2.7	3.0	3.4	3.7
40 a 44 anos	326.292	161.912	164.380	502.624	231.022	266.060	2.4	2.4	2.8	3.2
45 a 49 anos	315.059	141.418	173.641	381.509	184.982	212.759	2.1	2.5	2.2	2.6
50 a 54 anos	234.313	106.279	128.034	343.135	162.592	180.025	1.6	1.9	2.0	2.2
55 a 59 anos	193.523	84.808	108.715	286.611	141.917	160.524	1.2	1.6	1.7	1.9
60 a 64 anos	182.881	81.300	101.581	215.292	109.449	125.805	1.2	1.5	1.3	1.5
65 a 69 anos	145.509	65.586	79.923	205.232	87.244	106.632	1.0	1.2	1.1	1.3
70 anos e mais	291.268	131.982	159.286	368.705	165.996	219.555	1.9	2.3	2.0	2.7

Tabela A.2: População Masculina e Feminina segundo o Recorte Regional do Estado do Ceará – 1996 a 2006

ANOS	HOMENS				MULHERES				CEARA				TOTAL
	URB	RUR	RMF	INTER	URB	RUR	RMF	INTER	URB	RUR	RMF	INTER	
1996	2.072.592	1.217.900	1.216.394	2.074.098	2.345.444	1.176.639	1.382.296	2.139.787	4.418.036	2.394.539	2.598.690	4.213.885	6.812.575
1997	2.158.144	1.198.419	1.259.822	2.096.741	2.459.606	1.126.399	1.404.242	2.181.763	4.617.750	2.324.818	2.664.064	4.278.504	6.942.568
1998	2.277.338	1.184.403	1.292.624	2.169.117	2.474.897	1.098.877	1.428.313	2.145.461	4.752.235	2.283.280	2.720.937	4.314.578	7.035.515
1999	2.254.679	1.219.817	1.301.983	2.172.513	2.523.128	1.130.789	1.475.797	2.178.120	4.777.807	2.350.606	2.777.780	4.350.633	7.128.413
2001	2.650.373	968.640	1.423.307	2.195.706	2.995.075	961.868	1.640.964	2.315.979	5.645.448	1.930.508	3.064.271	4.511.685	7.575.956
2002	2.739.335	954.152	1.464.097	2.229.390	3.026.628	959.531	1.656.974	2.329.185	5.765.963	1.913.683	3.121.071	4.558.575	7.679.646
2003	2.808.772	968.554	1.522.555	2.254.771	3.080.785	925.046	1.655.217	2.350.614	5.889.557	1.893.600	3.177.772	4.605.385	7.783.157
2004	2.916.384	962.414	1.549.762	2.329.036	3.204.129	915.922	1.746.153	2.373.898	6.120.513	1.878.336	3.295.915	4.702.934	7.998.849
2005	2.924.748	997.572	1.594.320	2.328.000	3.210.904	973.429	1.760.642	2.423.691	6.135.652	1.971.001	3.354.962	4.751.691	8.106.653
2006	3.002.920	992.589	1.626.112	2.369.397	3.291.495	951.200	1.800.905	2.441.790	6.294.415	1.943.789	3.427.017	4.811.187	8.238.204

Período	Grupos de Cor/Raça					Ignorados	Total
	Indígenas	Branços	Negros	Amarelos	Pardos		
	Homens						
1996	3.605	929.149	74.384	213	2.282.502	639	3.290.492
1997	7.611	921.037	45.515	2.641	2.379.553	206	3.356.563
1998	618	1.002.744	39.703	1.444	2.416.728	504	3.461.741
1999	407	1.063.376	34.299	1.018	2.375.396	-	3.474.496
2001	4.034	1.238.829	55.564	1.684	2.318.902	-	3.619.013
2002	2.861	1.210.341	47.375	3.666	2.429.244	-	3.693.487
2003	3.299	1.163.866	100.635	4.222	2.505.304	-	3.777.326
2004	6.732	1.240.526	81.960	7.430	2.542.150	-	3.878.798
2005	5.846	1.327.649	106.352	6.838	2.475.635	-	3.922.320
2006	10.339	1.304.185	111.976	4.711	2.564.079	219	3.995.509
Total	45.352	11.401.702	697.763	33.867	24.289.493	1.568	36.469.745
	Mulheres						
1996	4.451	1.122.197	71.528	956	2.322.525	426	3.522.083
1997	9.448	1.053.269	45.759	3.670	2.472.736	1.123	3.586.005
1998	413	1.109.246	46.311	1.651	2.415.648	505	3.573.774
1999	204	1.250.058	33.799	2.044	2.367.812	-	3.653.917
2001	3.594	1.429.337	50.118	4.072	2.469.822	-	3.956.943
2002	5.146	1.401.790	41.768	7.966	2.529.278	211	3.986.159
2003	3.362	1.306.565	107.805	10.729	2.577.370	-	4.005.831
2004	7.888	1.420.757	84.117	8.293	2.598.996	-	4.120.051
2005	4.811	1.490.820	92.561	12.308	2.583.833	-	4.184.333
2006	10.676	1.472.458	88.208	8.276	2.663.077	-	4.242.695
Total	49.993	13.056.497	661.974	59.965	25.001.097	2.265	38.831.791